



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 682448 - MG (2021/0233139-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : MAYRA GUALBERTO ELIAS DE SOUZA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MAYRA GUALBERTO ELIAS DE SOUZA - MG173389  
LUCAS AUGUSTO VIEIRA SILVA - MG209267  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : FERNANDO LOPES DE SOUZA (PRESO)  
**CORRÉU** : PEDRO HENRIQUE BRAZ PEREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO LOPES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 2146412-31.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 121, §2º, I, c/c art. 14, II, e art. 129, do Código Penal.

Sustentam os impetrantes, em suma, a nulidade da prisão em flagrante e das provas obtidas durante o ato, em razão da violação de domicílio não autorizada judicialmente, a insuficiência de fundamentação do decreto prisional e a ausência dos requisitos autorizadores da prisão.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fl. 77):

**HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO E LESÃO CORPORAL - NULIDADE DAS PROVAS - ILEGALIDADE DO FLAGRANTE E VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO – NÃO COMPROVAÇÃO - CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM**

*PRISÃO PREVENTIVA DE OFÍCIO – INOCORRÊNCIA -  
NEGATIVA DE AUTORIA -IMPROPRIEDADE DA VIA -  
REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE  
- DECISÃO FUNDAMENTADA -GARANTIA DA ORDEM  
PÚBLICA.*

*1. A tese de ilegalidade da Prisão em Flagrante deve ser afastada, pois configuradoo Flagrante próprio (art. 302, inciso II, do CPP).*

*2. Não há nulidade na ação dos Policiais de adentrarem em domicilio particular, sem a expedição do competente Mandado de Busca e Apreensão, a fim de fazer cessar a prática criminosa e apreender os objetosnecessários às investigações.3*

*. A representação da autoridade policial e o requerimento do Ministério Público pela conversão do Flagrante em Prisão Preventiva afasta a alegação de violação aos art. 282, §2º, e art. 311, ambos do Código de Processo Penal.*

*4. A negativa de autoria, por demandar dilação probatória, não se mostra compatível com a via estreita do Habeas Corpus.*

*5. A Prisão Preventiva, fundamentada na garantia da ordem pública, justifica-se pela suposta prática de Crime de Homicídio tentado, emtese, perpetrado por motivo torpe, em razão de vingança, e precedido por ameaças e agressões, o que evidencia a gravidade concreta do delito, demonstrando a imprescindibilidade da Segregação Cautelar e a insuficiência das Medidas Cautelares Diversas da Prisão.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência